

O 'nó' da dívida interna

ALCIDES S. AMARAL*

Sempre que o governo sofre uma derrota no Congresso – ou, agora, no Supremo – a continuidade do ajuste fiscal de forma sustentada é colocada em dúvida e voltam as discussões em torno da dívida interna do país. Que ela é enorme, impagável, deve ser reestruturada – por bem ou por mal – e assim por diante.

Na medida em que sabemos que a parte mais sensível do corpo humano é o bolso, dá para entender o nível de preocupação dos brasileiros ou investidores de um modo geral, mesmo porque já vimos esse filme. O Plano Collor aí está na lembrança de todos nós.

Entretanto, com um pouco de racionalidade fica evidente que temos hoje razões de ordem política, técnica, econômica e moral que nos assegurem que o nó da dívida interna terá que ser desatado via ajuste fiscal consistente, passando pelo equacionamento do déficit da previdência social. Dentro de um ano, quando a Lei da Responsabilidade Fiscal e a Reforma Tributária forem realidade, ficará claro que o déficit agregado da previdência social no Brasil será a única grande barreira existente para que tenhamos um futuro promissor e o brasileiro a educação, saúde, segurança e emprego que merece.

Em primeiro lugar, qualquer tipo de calote na dívida interna sem que o mesmo já não tivesse sido feito com os credores externos seria suicídio político. Quando o Plano Collor fez o que fez, o país já estava em moratória externa e, portanto, o golpe foi mais bem absorvido. Pensar, hoje – no mundo globalizado em que vivemos e com as necessidades que temos de recursos externos para pagar o que devemos e financiar nossa exportações –, em

dar as costas ao mercado financeiro internacional seria isolar-nos dessa riqueza crescente que as economias desenvolvidas vêm e continuarão proporcionando. Assim sendo, calote interno por si só seria nas palavras de políticos bem conceituados “dar à oposição a ferramenta que ela precisa para encurtar o mandato presidencial”.

Não bastassem essas razões de ordem política, para que a reestruturação interna pudesse ser efetuada teria que ser seguido o modelo estabelecido pelo Plano Collor, isto é, todos os ativos financeiros teriam que ser alongados por prazos semelhantes. Como 60% da dívida pública estão nas mãos dos bancos, caso assim não fosse feito o sistema financeiro estaria ilíquido 24 horas após a implementação do plano. Como boa parte dos recursos dos clientes – sejam eles via depósito em conta corrente ou certificado de depósitos bancários – está sendo utilizada para carregar os títulos do governo, não haveria dinheiro em caixa para atender aos saques ou resgates dos depositantes. E só o que nos faltava seria, agora, criar pânico no mercado financeiro, que hoje é, por sua solidez, uma das principais razões pelas quais o Brasil está saindo da crise mais rapidamente – e com menos custos – do que outros países que experimentaram desvalorização cambial como nós. Portanto, além das razões de ordem técnica – não dá apenas para atingir os bancos que estão ganhando muito dinheiro e tudo ficar como está –, os custos econômicos seriam enormes. Quebradeira no sistema financeiro, fuga de capital, custos mais altos, etc, fariam o país recuar 10 anos, no mínimo, nessa caminhada em prol da maturidade política, econômica e social.

Uma Nação – com letra maiúscula – se

contrói com respeito aos contratos e às leis. Portanto, se quisermos ser – como queremos – uma potência respeitada pela riqueza do seu solo e seriedade de sua administração, temos que moralmente eliminar a palavra calote do nosso dicionário. E a administração que aí está não tem feito outra coisa ao longo dos últimos anos senão afirmar – e confirmar – que esses princípios fazem parte da nossa nova realidade. E não é por outra razão que o nosso presidente e a equipe econômica são respeitados aqui – por aqueles que cultivam os mesmos valores – e além-fronteiras.

Como se vê, a alternativa que temos – e é a que todos devemos ajudar a buscar – é resolver o nosso desbalanceamento interno que tudo se resolverá normalmente. A Itália tem dívida equivalente a 100% do seu Produto Interno Bruto, os Estados Unidos, 70%, e ninguém discute solução via calote. O Brasil, com 50% de dívida líquida em relação ao seu PIB, enfrenta esse tipo de discussão, pois, infelizmente, ainda nem todos se conscientizaram de que a solução de todos os nossos problemas passa necessariamente pelo ajuste do setor público. Avançamos muito nos últimos quatro anos, temos ainda alguns desafios importantes pela frente, mas iremos vencê-los. A previdência social é o calcanhar de Aquiles, de difícil solução, mas não impossível. E o nó da dívida interna só será efetivamente desatado com o reordenamento do setor público, deixando de gastar mais do que arrecada. Mesmo porque se calote fosse solução o Brasil não teria mais problema algum, pois tanto externamente (governo Sarney) quanto internamente (governo Collor) já tentamos esse caminho.

*Diretor-presidente do Citibank, diretor-executivo da Federação Brasileira de Bancos (Febraban)